

PEDRO HESPANHA

**GLOBALIZAÇÃO, CRISE SOCIAL
E CONFLITUALIDADE**

**Outubro de 1996
Oficina nº 79**

PEDRO HESPANHA

**GLOBALIZAÇÃO, CRISE SOCIAL
E CONFLITUALIDADE**

**Outubro de 1996
Oficina nº 79**

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

PEDRO HESPANHA
GLOBALIZAÇÃO, CRISE SOCIAL
E CONFLITUALIDADE

nº 79
Outubro 1996

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

GLOBALIZAÇÃO, CRISE SOCIAL E CONFLITUALIDADE*

Pedro Hespanha**

Esta mesa propõe-nos duas tarefas estimulantes: a de analisar as transformações da morfologia social e a emergência de novas formas da vida social no contexto da globalização identificadas por critérios de agregação distintos daqueles que conhecemos e estudamos; e a de delinear novas categorias explicativas da conflitualidade no processo de formação da sociedade global.

Pela minha parte — e sem o fazer deliberadamente — irei decerto frustrar as expectativas pois o problema que escolhi para a minha intervenção fica bem aquém destes. Gostaria de tratar da questão de saber a quem aproveitam — e como aproveitam — as oportunidades criadas pela mundialização dos fenómenos da vida social, mas, afinal, limitar-me-ei a discutir alguns tipos de comportamento de natureza conflitual que se geraram na sociedade portuguesa em tempos mais recentes e que podem estar relacionados de uma forma mais ou menos clara com o processo de globalização de que esta participa.

Tomarei o conceito de globalização num sentido muito amplo, entendendo esta como “uma intensificação das relações sociais à escala mundial”

* Comunicação apresentada na sessão plenária intitulada “Novas Configurações do Social no Contexto da Mundialização” do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Rio de Janeiro, 1 a 5 de Setembro de 1996)

** Sociólogo. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal) e pesquisador do Centro de Estudos Sociais.

(Giddens, 1990:64) e, ao mesmo tempo, como um “fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas entretecidas de uma forma muito complexa (Santos, 1995:253).

Sendo os fenómenos de globalização processos dialécticos de interacção global/local, parece-me incontroverso afirmar, em termos gerais, que os resultados — positivos ou negativos — do seu impacto numa dada região ou espaço local dependem tanto da intensidade dos factores de globalização quanto da intensidade das respostas locais que se lhes contrapõem.

O que me interessa aqui acentuar é que os efeitos localizados dos processos de globalização (“localismos globalizados”, na designação de Santos, 1995) e o tipo de respostas por eles suscitadas variam significativamente de sociedade para sociedade e estão intimamente relacionados com a posição das respectivas sociedades dentro de um sistema mundial fortemente hierarquizado. É neste sentido que se pode falar em formas hegemónicas de globalização e em estados-nação, regiões ou localidades subordinados.

Sendo, à partida, incerto e contingente o impacto da globalização, as probabilidades de esta vir a determinar efeitos corrosivos em diferentes domínios da vida social e, por essa via, a gerar as condições de agravamento do mal-estar e da conflitualidade sociais parecem ser mais elevadas em sociedades não centrais, sobretudo naquelas mais abertas à interacção social e em que os factores endógenos capazes de promover respostas eficazes à desestruturação global são débeis ou inexistentes. Como salientam Mingione e Pugliese, “nos locais que a hipermobilidade do capital global deixou para trás as consequências negativas são mais evidentes em termos de desemprego e sub-emprego, de degradação ambiental e de decadência da comunidade” (apud Bonanno et al., 1994:23). De qualquer modo, as localidades que “recebem” o capital global também suportam

consequências que tanto podem ser positivas como negativas em termos de trabalho, produção, consumo e instituições (*ibid.*).

Vale a pena referir, a propósito, que a adopção de políticas de reajustamento económico, incluindo a desregulação, a privatização e a liberalização, veio acentuar esta abertura ao capital mundial por parte dos países em desenvolvimento, mesmo daqueles, como os africanos de língua oficial portuguesa, que tinham experimentado sistemas económicos de forte regulação estatal logo após as suas independências (World Bank, 1994).

Os aspectos negativos relacionados com a intrusão económica mundial, fruto ou não dos ajustamentos estruturais, são muito diversos e manifestam-se, de forma muito visível. A atestá-lo estão a desestruturação de sistemas pobres mas fiáveis de segurança básica, a alteração radical das oportunidades conhecidas de investimento e de emprego e o apagamento da função tutelar do Estado na vida económica, naquilo que ela tinha (quando tinha) de positivo, ou seja, a protecção contra os desmandos do capitalismo selvagem.

Outros efeitos mais gerais ou menos directos podem igualmente ser identificados, como, a mero título exemplificativo, a ocultação dos agentes da exploração provocada pela desintegração das empresas ou pela generalização das modalidades de trabalho independente, a difusão de ideologias que paralizam a acção colectiva (tais como a sobrevalorização da iniciativa privada, do individualismo e da competição e a conseqüente desvalorização do esforço colectivo, da solidariedade e da cooperação), a adopção de modelos de políticas ou de soluções técnicas estranhas à prática e à compreensão do comum dos cidadãos e a marginalização efectiva e crescente de amplas camadas da população, a que Boaventura de Sousa Santos chama de sociedade civil estranha, e relativamente às quais a burocracia do

Estado se comporta com extrema rigidez, distância e formalidade, a contrastar com a flexibilidade, intimidade e familiaridade que emprega nas suas relações com os cidadãos da sociedade civil íntima (Santos, 1994).

A consequência deste forte impacto negativo da globalização económica — ou do pós-fordismo global, como alguns autores preferem designar —, é que as possibilidades de resistência ficam muito diminuídas, ainda que não desapareçam totalmente, como tentarei salientar mais adiante.

Portugal constitui um bom exemplo de uma sociedade sujeita a estes efeitos negativos. Pela sua condição semiperiférica no contexto mundial, ele apresenta certas características que revelam uma elevada vulnerabilidade à penetração das formas hegemónicas de globalização, tais como a debilidade dos seus mecanismos de regulação — económica, social ou cultural — e a sua elevada heterogeneidade social (Santos, 1993; CES, 1995).

Esta última característica — a elevada heterogeneidade social da sociedade portuguesa — é responsável não só por uma particular vulnerabilidade aos processos de globalização, como ainda por um desigual e contraditório impacto desses processos nos diferentes sectores da sociedade.

Dadas as relações próximas que existem entre os fenómenos da globalização e da modernização em sociedades de desenvolvimento intermédio como Portugal ou o Brasil, as diferenças entre os vários segmentos de uma mesma sociedade tornam-se particularmente relevantes nesta matéria. Neste sentido, os segmentos menos modernizados da sociedade detêm menor capacidade de resistência ou de negociação face aos efeitos globalizadores e, por isso, sofrem os efeitos mais destrutivos.

A difusão da cultura de massas, em localidades mais tocadas pela moder-

nização, fez emergir novas configurações culturais e espaços políticos alternativos que igualmente opõem resistências ao poder erosivo da cultura global e cosmopolita e obrigam a que as políticas incluam um número crescente de reivindicações populares. Pode assim dizer-se, sem contrasenso, que existem alguns efeitos emancipatórios na globalização e se traduzem numa maior auto-consciência da dominação e num conseqüente despontar de movimentos de contestação à hegemonia do sistema económico e político dominante¹.

No entanto, é necessário ter em conta um aspecto importante. É que as pessoas, pertencentes aos sectores menos modernizados da sociedade, têm a capacidade de inventar formas de lidar com as manifestações locais dos fenómenos globais e que vão desde as formas próprias de uma cultura de resistência gerada pela necessidade de sobreviver (K. Gough, 1968), até às redes de solidariedade primárias alimentadas pelas unidades domésticas e seus agregados comunitários, passando ainda — e é bom frisar este aspecto — por aquilo que R. Adams designa de veículos de sobrevivência política de nível mais elevado como os meios de comunicação social ou as organizações voluntárias que gerem programas internacionais de ajuda. Assim, as sociedades locais não só usam as suas instituições tradicionais para aguentar as pressões dos macroprocessos de industrialização e de urbanização como também tentam manipular e controlar os agentes externos, incluindo as instituições públicas e as organizações não governamentais (Alger, 1992:80).

Uma diferença significativa entre as respostas geradas nos dois tipos de situações consiste precisamente na maior dificuldade de institucionalização

¹ Convém notar que nem sempre estes movimentos são de natureza emancipatória, traduzindo antes uma atitude de reacção às tendências secularizantes, fragmentadoras e discriminadoras do fenómeno da globalização que se pode exprimir numa exacerbação do racismo, do fundamentalismo e do sexismo (Alger, 1992).

dos conflitos e de integração dos movimentos sociais dos sectores menos modernizados da sociedade. Sendo a institucionalização dos conflitos uma tarefa do estado nacional, não admira que onde a sua função reguladora mais se desenvolveu — ou seja, nos países do centro — também aí os conflitos estejam mais institucionalizados.

Usarei o caso de Portugal, para melhor ilustrar a diversidade e complexidade das respostas locais aos impactos globais e o diferente envolvimento dos grupos sociais nessas respostas. Fá-lo-ei através da apresentação e discussão de cinco casos ou episódios conflituais ocorridos nos últimos anos em diversos domínios da vida social portuguesa e que traduzem diferentes reacções ao mal-estar que resultou das mudanças ocorridas nos mundos de vida de diferentes grupos sociais.

Antes de entrar na apresentação sumária desses episódios, desejaria introduzir duas breves notas para distinguir os conceitos de integração supra-estatal e de modernização, por um lado, do conceito de globalização, por outro.

Uma primeira nota diz respeito à internacionalização acrescida da sociedade portuguesa desde a data da adesão em 1986. Sendo a União Europeia o resultado de um acordo regional entre Estados, a internacionalização da sociedade não pode ser identificada, em princípio, com o fenómeno da globalização. Como explica Oliver Dollfus, “enquanto o campo do internacional é percorrido por fluxos normalizados e regulados pelas decisões dos estados na sequência de negociações e de entendimentos, o campo do global/transnacional é um espaço sem fronteiras que escapa ao controlo e regulamentação dos Estados” (Dollfus, 1993: 26).

Assim, não será difícil reconhecer que, por exemplo, dentre os factores de cri-

se detectados na sociedade portuguesa se contam processos que transcendem este nível interestatal, como acontece com o processo de reestruturação económica do capitalismo mundial que obrigou a um “ajustamento estrutural” das economias nacionais e regionais, com o processo de desmantelamento do Estado-Providência agrícola por efeito da pressão liberalizante do comércio mundial (Servolin, 1989) ou mesmo com o processo de modernização das estruturas produtivas em consequência da intensificação da concorrência à escala mundial (Eisenstadt, 1967).

No entanto, em termos analíticos, essa internacionalização pode ser vista em muitos aspectos como um nível inferior ou mais imediato de um processo de globalização que opera como um mecanismo amplificador ou redutor dos impulsos globais sejam eles económicos, políticos ou culturais. Por isso, o agravamento e a multiplicação das situações de mal-estar nas áreas rurais portuguesas que parecem decorrer directamente das mudanças trazidas pela integração europeia só podem ser completamente compreendidos no contexto mais vasto de outras mudanças mais globais.

A segunda nota tem a ver com a distinção entre modernização e globalização e a sua relevância resulta do facto de, em muitas sociedades de desenvolvimento intermédio como a portuguesa, existir uma concomitância temporal no momento de aparecimento dos dois fenómenos. A relação entre os dois fenómenos não parece, contudo, ser óbvia. Se os projectos hegemónicos de globalização parecem identificar-se com a expansão das formas de modernidade do capitalismo (modelo modernista de globalização), a intensificação dramática das interacções globais nas duas últimas décadas assenta também em complexas combinações de formas modernas e pós-modernas (Santos, 1995:271) No caso particular de Portugal estas combinações envolvem ainda abundantes resíduos pré-modernos, alguns dos quais estão também a tornar-

se objecto de uma procura global, particularmente nos domínios do turismo, património histórico e ambiente.

Passo, então, a uma apresentação sumária dos episódios de conflito:

1º episódio: as guerras do carapau e a batalha de Aljubarrota.

Em Julho de 1994 “um grupo de pescadores portugueses interceptou duas carrinhas que transportavam peixe espanhol para a lota de Matosinhos (a norte da cidade do Porto) e, de imediato, descarregou toda a carga para a estrada. Nessa madrugada os pescadores formaram piquetes para inspeccionar cada veículo que se aproximava da lota e mandaram de volta todo o peixe que lhes ‘cheirasse’ ser de Espanha. Para as câmaras da televisão, eles expunham amostras de carapau espanhol, dizendo que não era fresco e não tinha sequer os 15 centímetros de lei. (...) O rastilho aceso na lota de Matosinhos ateou os ânimos ao longo de toda a costa” e a revolta fez reféns os cestos de pescado vindos do outro lado da fronteira” (Magno et al., 1994:48).

Tudo começara alguns anos antes, em 1989, com os produtores agrícolas da região do oeste, a norte de Lisboa. “Os agricultores em fúria bloquearam as estradas com tractores e cortaram a linha férrea. A fruta importada da África do Sul pela Cooperativa da região foi tirada do armazém e destruída”. A partir daí, a luta no terreno contra os produtos estrangeiros - particularmente os de Espanha - renova-se ciclicamente, apesar da inevitabilidade de terem de respeitar os acordos de adesão e alarga-se aos pequenos agricultores familiares “mais mobilizáveis para uma luta pela sobrevivência imediata que para uma guerra empresarial e travada num mercado aberto” (Magno et al., 1994:43).

Em Janeiro de 1993, o primeiro ano sem fronteiras e com o mercado único antecipado de três anos a troco de cem milhões de contos (quase 700 milhões de US\$) de compensações, os produtores de batata do nordeste ocuparam e bloquearam a fronteira luso-espanhola com tractores e alfaías, “semeando” a estrada de batatas.

Em Março do mesmo ano, os agricultores do oeste, voltam a manifestar-se contra a entrada de produtos de Espanha, bloqueiam as estradas com tractores, enfrentam a polícia e rompem o cerco por esta montada para, finalmente, irem colocar ramos de flores no monumento a Nuno Álvares Pereira — o vencedor da batalha de Aljubarrota, contra os castelhanos, seiscentos anos atrás.

Ainda no Outono desse ano, produtores de porcos assaltam e derrubam um camião espanhol que carregava animais para o mercado português e incendiam dois outros provenientes de outros países comunitários (PA, Novembro de 93)

2º episódio: a caça, quando nasce, é para todos !

Uma lei de 1986 veio pôr termo às sucessivas tentativas de o

Estado assegurar a protecção das espécies de caça ameaçadas pelo crescimento do número de caçadores e pela degradação das condições ambientais cada vez mais desfavoráveis. Institui-se um sistema de ordenamento cinegético, através da criação de zonas de caça geridas por associações de caçadores sob a tutela do Estado. Em consequência, as reservas de caça associativas multiplicam-se e o território ocupado cresce desmesuradamente à revelia dos proprietários dos terrenos que as integram e sem respeito pela tradição da caça livre. Assiste-se, então, à revolta virulenta dos proprietários e caçadores de menores recursos que arrancam as tabuletas e invadem, de caçadeiras em punho e vestidos de camuflados, as áreas já reservadas a que não tinham acesso.

3º episódio: a Maria da Ponte.

Em Junho de 1994 o Governo decidiu subir as tarifas da ponte sobre o Tejo alegadamente para poder financiar a construção de uma nova ponte. A ponte em causa é usada diariamente por centenas de milhares de trabalhadores da cidade de Lisboa que vivem na outra margem. A revolta dos utilizadores foi marcada pelo bloqueio da Ponte por sete camiões paralizados num dos seus acessos o que veio a provocar um monumental engarrafamento que as forças policiais foram incapazes de resolver e que só o recuo do Governo ao fim de dois dias veio a por termo. Passados dois meses, o Governo volta à carga com um tarifário menos pesado mas que desagradou à mesma aos utentes da ponte e, desta vez, bastaram apenas meia dúzia de carros ligeiros para repetir o engarrafamento com a total cumplicidade dos milhares de cidadãos automobilistas que participaram na “longa marcha” para a ponte. Usando uma autêntica táctica de guerrilha, a Comissão de Utentes procurou que os automobilistas actuassem em vários pontos estratégicos, provocando pequenos estrangulamentos em simultâneo em vários nós de acesso à cidade, fazendo dispersar o mais possível as forças da ordem e evitando concentrar os activistas na ponte (Luís, 1994)

4º episódio: o gasoduto não passará !

A construção de um gasoduto para transportar e distribuir, desde o sul do País, gás importado da Argélia, um investimento financiado por Bruxelas a 40%, veio desencadear uma das revoltas mais acasas e prolongadas deste período. A empresa concessionária beneficiando do regime público de expropriação, ocupou os terrenos, derrubou árvores e plantações e escavou valas sem acordo prévio dos proprietários sobre os preços. Ameaçando estes com os tribunais, conseguiu deles preços irrisórios, muito abaixo dos valores de mercado. A revolta incendiou-se rapidamente e estendeu-se a todo o país. Organizados numa Comissão de Proprietários e Agricultores (CPA) os lesados reclamaram para as diferentes instâncias do poder e, em último recurso, defenderam os

seus terrenos da entrada das máquinas e mesmo das forças da ordem. Em geral, tratava-se de pequenos agricultores ou de pequenos proprietários que continuam a viver da agricultura e da venda da madeira e para quem a terra continua a cumprir uma função económica importante.

A este episódio poderia ser apensado *o das lixeiras* Portugal despertou recentemente para o problema do destino dos resíduos tóxicos industriais e dos resíduos urbanos, correntemente despejados em qualquer lugar e sem qualquer tratamento, jazendo a céu aberto. As soluções técnicas passam por aterros, incineradoras e reciclagens e as melhores localizações são estudadas tendo em conta também os impactos ambientais destas soluções. Mas a população dos locais escolhidos sente-se ameaçada por uma poluição invisível e insidiosa e discriminada relativamente aos centros produtores de resíduos e reage vigorosamente movida pelo sentimento de se ter transformado no vazadouro do resto do país: boicotam os actos eleitorais, organizam manifestações de protesto, cortam estradas e ocupam boa parte dos serviços noticiosos televisivos.

5º episódio: propinas, nunca mais !

Começou com a contestação dos estudantes finalistas do ensino secundário à Prova Geral de Acesso à Universidade, um novo exame introduzido pelo Governo pretensamente destinado a corrigir a falta de rigor e de equidade nas avaliações terminais do ensino secundário, mas que foi vista pelos estudantes como mais uma barreira à já difícil entrada num curso superior. A medida seguinte — a imposição do pagamento de propinas pela frequência universitária após décadas de ensino gratuito — veio desencadear uma contestação como já não se via desde os finais da década de 60 e que só acabou com a suspensão da lei e a amnistia dos prevaricadores e custou a cabeça de dois ministros da educação. De novo, a contestação ressurgiu no secundário e fixa-se nas Provas Globais do 10º ano, uma das novidades trazidas pela reforma do ensino aprovada alguns anos antes e que só agora começa a mostrar os resultados. Qualquer pretexto parece agora servir “para movimentar os estudantes aos milhares e suspender o trabalho das escolas por tempo indeterminado” (..) O mal estar tomou conta do ensino (Magno *et al.*, 1994:50).

Não vou entrar — nem poderia — numa discussão detalhada de cada um dos casos. Vou apenas mantê-los como referência e enunciar, a propósito, algumas questões que podem ser relevantes para o nosso tema e que têm a ver ora com aspectos analíticos e metodológicos, ora com aspectos substantivos.

1. Um efeito de desregulação estatal

É patente a dificuldade em identificar a génese global dos acontecimentos relatados. Salvo nos episódios das guerras contra a entrada de produtos estrangeiros, em que existem efeitos directos da intensificação das trocas com o exterior e da produção de políticas à escala supra-nacional, nos outros episódios as determinantes globais são mais distantes, operam por mediações complexas e envolvem a combinação com outros conjuntos de determinantes de diferente escala. De todos estes conjuntos, o que mais ressalta é, sem dúvida, o do Estado-nacional. Mas uma tal centralidade pode ser meramente de aparência, se a revolta dos cidadãos contra o Estado resultar do facto de este estar a perder a sua autonomia e a descaracterizar-se face às dinâmicas que se estão a desenvolver à escala mundial. Ora, do nosso ponto de vista, é isso que está precisamente a acontecer e se manifesta nas reacções relatadas.

Protestos como o da ponte são fruto da incapacidade de o governo atender simultaneamente aos interesses dos cidadãos — cuja degradação das condições de vida, incluindo o desemprego, a violência e a insegurança e a acumulação de stress cresce diariamente — e às imposições externas de redução dos défices orçamentais e revelam, sobretudo, a grande insensibilidade dos poderes públicos aos problemas vividos no quotidiano dos cidadãos. As respostas destes revelam como é fácil paralisar uma cidade e deixam a nu a vulnerabilidade do sistema em que se baseia a nossa vida colectiva.

É necessário ter em atenção que certas políticas, como as políticas de “ajustamento estrutural”, podem exigir um papel mais interventor dos estados-nacionais precisamente para tornar possível ou facilitar os processos de

liberalização económica, de privatização do sector empresarial do estado ou de desmantelamento das agências de regulação estatal. Foi o que, em larga medida, aconteceu em Portugal após a integração europeia. Boaventura Santos identifica, a propósito, sete novas configurações políticas que representam o impacto da globalização no desenvolvimento do projecto europeu, sendo uma delas particularmente expressiva da condição de Portugal como um estado membro semi-periférico: “a partilha externa da soberania pode coexistir com o aumento, em vez do decréscimo, da centralidade do estado-nação nos processos internos de regulação social e política (Santos, 1995: 284). Neste sentido, a “centralização” (“corification” no original) do estado português pode ser vista como uma condição necessária da integração (entenda-se: periferização) da economia portuguesa.

2. Um efeito de fragmentação

A segunda questão prende-se com os efeitos de fragmentação social decorrente dos processos globais e toma como referência a integração de Portugal no espaço europeu.

A adesão europeia foi antes de mais um acto político de alinhamento com o sistema das democracias representativas europeias, mesmo quando a União se chamava apenas Comunidade Económica. Do ponto de vista económico, sempre se reconheceu que os resultados da adesão seriam potencialmente positivos para Portugal apenas no longo prazo, salvo, talvez, para os consumidores. E, no curto prazo, sabia-se mesmo que alguns sectores iriam perder e que o esforço necessário para eles sobreviverem economicamente, no futuro, seria enorme.

Tratando-se de sectores pretensamente atrasados como a agricultura, as pescas, os têxteis, o calçado, o ónus da prova da capacidade de se adapta-

rem ao mercado da concorrência foi-lhes atribuído em exclusivo pelos decisores políticos e pelos líderes de opinião pro-europeístas. No discurso corrente sobre os desafios do futuro, orientado sobretudo para a classe média urbana, consumidora e escolarizada, o sonho da Europa só podia falhar por falta de iniciativa e de sentido de oportunidade. Por isso, se tornava legítimo que o Estado ajudasse os audazes e não condescendesse com o imobilismo dos sectores tradicionais. Deste modo marcava-se uma fronteira que haveria de configurar as diferentes formas de conflitualidade dos anos 90.

As ajudas comunitárias de adesão, os regimes de transição e as medidas de apoio à reconversão foram insuficientes para sustar o declínio desses sectores perante a entrada de produtos estrangeiros mais baratos. Só na agricultura os rendimentos dos produtores agrícolas caíram, em média, 50% entre 1989 e 1994. Quanto aos efeitos induzidos, eles foram muito diversos mas, em geral, muito negativos quer para os agricultores quer para o país. Referirei apenas alguns: a reorientação das preferências dos consumidores para os bens importados; a falta de escoamento dos produtos nacionais; o endividamento dos produtores que investiram na modernização; o abandono ou a florestação de solos de boa qualidade agrícola, o agravamento do défice da balança comercial agrícola. E o que se passou na agricultura, passou-se igualmente nos outros sectores, com consequências não menos dramáticas: encerramento de fábricas, desemprego e, em geral, precarização do trabalho.

Faz sentido distinguir analiticamente entre os factores de europeização e os factores de mundialização da economia portuguesa — estes últimos igualmente responsáveis pela atrofia dos sectores tradicionais, nomeadamente após a revisão dos acordo do GATT. Do ponto de vista dos actores sociais, no entanto, a abertura das fronteiras aos produtos estrangeiros, a demissão e desmantelamento dos Estado protector, o conluio entre a burocracia estatal e

as firmas que estão a arruinar os produtores, a regulamentação cada vez mais apertada das normas de produção, tudo isso está ligado e veio com a adesão Europeia.

A Europa dos países ricos não era estranha aos portugueses que, desde o início dos anos 60 foram aos milhares procurar aí o seu emprego. Por isso, a reacção daqueles sectores da população aos efeitos negativos da integração é muito ambígua: por um lado, identifica-se esta com a origem dos problemas; por outro, recusa-se a atribuir qualquer responsabilidade à entidade abstracta União Europeia ou Bruxelas. Os agentes responsáveis são sempre entidades concretas e, tal como na clássica relação clientelar, eles são apenas os maus servidores do patrão: o governo português, os importadores, os produtores espanhóis, as multinacionais europeias.

Por outro lado, a consciência que muitos portugueses têm do carácter vinculativo dos acordos de adesão celebrados pelo Estado português é quase nula, prevalecendo neles uma concepção muito estrita de Estado protector e nacionalista. Os protestos dos agricultores e pescadores radicam numa concepção deste tipo: o Estado pode e deve impedir a entrada dos produtos que prejudicam os produtores nacionais; o Estado pode e deve continuar a subsidiar como até aqui os produtores nacionais; o Estado pode e deve discriminar as ajudas a estrangeiros que venham instalar-se em Portugal, etc.

Os episódios do gasoduto e das lixeiras, embora misturando motivações de diversa natureza, são também ilustrativos a este respeito. As preocupações e objectivos de uma sociedade global, seja a difusão ampla de recursos energéticos para uso industrial ou doméstico, seja a preservação da qualidade de vida ambiental, seja ainda a preservação do património cinegético, são assumidas apenas por uma fracção da população — mais escolarizada,

mais urbanizada e mais integrada nos padrões de uma cultura globalizada.

É fácil de ver que quem ainda não tem água canalizada nem esgotos de nada lhe vale ter um gasoduto a passar-lhe à porta. E que quem sempre viveu em condições degradadas, sem os mínimos requisitos de conforto e de cobertura sanitária, dificilmente consegue argumentos para impedir que a incineradora ou a lixeira se instalem nas traseiras da sua casa. Não admira, por isso, que sejam os municípios dos concelhos mais pobres que hoje disputam em Portugal a localização dessas estruturas na expectativa de receberem alguma compensação financeira ou de outra ordem. E o mesmo se passa com os proprietários camponeses sem recursos para irem procurar a caça longe das suas aldeias.

3. Um efeito de amplificação

Sendo a revolta popular desigual em função do meio social, há que reconhecer igualmente a importância do papel que as ideologias têm no discurso que a suporta, independentemente do seu padrão de modernidade. Assim, uma ideologia ambientalista de cariz pós-moderno pôde revelar-se tão decisiva no êxito da contestação às lixeiras como o individualismo possessivo dos pequenos proprietários que se opunha à passagem do gasoduto ou à criação de reservas de caça nas suas terras. Num caso e noutro, o argumento accionado mostrou-se compatível com os fundamentos da cultura hegemónica e conseguiu fazer-se ouvir. Nestas condições, o papel da comunicação social torna-se decisivo para o sucesso das movimentações populares: “um directo da televisão é mais perigoso para o poder do que uma manifestação à porta de São Bento” (Vieira, 1994:21).

O episódio das propinas ilustra exemplarmente a estratégia em que a comunicação social é usada para multiplicar a eficácia da contestação e a

argumentação procura colar-se à ideologia dominante acerca das funções do ensino e da qualificação profissional. O país pôde assistir durante meses ao debate entre o governo e os estudantes, conhecer os argumentos e contra-argumentos de uma e outra parte, tomar posição e intervir mesmo no debate através dos meios de comunicação social. Embora muitas pessoas apoiassem de início o governo, a argumentação deste foi, em geral, pouco convincente e, por isso, foi obrigado a recuar. Num processo altamente mediatizado, os estudantes, por sua vez, mobilizaram outros recursos e recorreram, para além da imprensa, a entidades e instituições do próprio Estado — Conselho de Reitores das Universidades Públicas, Provedor de Justiça, Parlamento e Tribunal Constitucional — que, intencionalmente ou não, acabaram por legitimar as reivindicações estudantis.

Não me vou alongar mais sobre estes diferentes efeitos de desregulação, de fragmentação e de amplificação sobre as configurações e os níveis de conflitualidade num contexto de globalização.

Pelo que foi exposto, o que parece ser específico da interacção global-local em sociedades como a portuguesa é a generalizada incapacidade de os diferentes estratos da população reverterem as novas oportunidades trazidas pela globalização em seu próprio proveito. O forte impulso modernizador das últimas décadas não conseguiu ser absorvido pelas estruturas públicas e privadas débeis e mal preparadas. Por isso, o processo de mudanças trouxe consigo novas vulnerabilidades e dependências, que se manifestam por diversas formas e em diferentes sectores: abandono da agricultura, declínio das produções tradicionais, colapso dos programas de modernização, desconfiança perante as políticas do estado e a generalização de um estado de espírito dominado pelo pessimismo, pelo descontentamento e pela revolta.

Referências Bibliográficas

- Alger, C. (1992) "Local response to global intrusions". In Zdravko Mlinar (ed.), *Globalization and Territorial Identities*. Aldershot, Avebury.
- Bonanno, A. *et al.* (1994) "Global Post-Fordism and Concepts of the State". *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, vol. 4:11-29.
- CES (1993) *A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização: modernização económica, social e cultural*. Programa de Investigação (mimeo). Coimbra.
- Cox, R. (1990) *Globalization, Multilateralism and Social Change*. United Nations University, vol. XII, 1.
- Dollfus, O. (1993) "Geopolítica do Sistema-Mundo". Milton Santos *et al.* (org.) *Fim de Século e Globalização*. São Paulo, Hucitec-Anpur.
- Eisenstadt, S. (1967) *Modernization, Protest and Change*. Ed. Brasileira. São Paulo, Zahar.
- Ferreira, N. (1993) "Lutadores populares". *Público Magazine*, 197:46-64.
- Giddens, A. (1990) *Sociology*. Oxford, Polity Press.
- Giddens, A. (1990) *The Consequences of Modernity*. Oxford, Polity Press.
- Gough, K. (1968) "New Proposals for Anthropologists". *Current Anthropology*, vol. 9
- Hespanha, P. (1995) "Modernização compulsiva, mal-estar social e conflitualidade". In *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras (no prelo)
- Ianni, O. (1992) *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (1993) "Nação e globalização". Milton Santos *et al.* (org.) *Fim de Século e Globalização*. São Paulo, Hucitec-Anpur
- Luís, F. (1994) "Ponte sem nó. Como se para uma cidade." *Visão*, 78:20-23
- Magno, C.; Pinto, R.; Lima, R. (1994) "A Nação contra o Estado". *Revista do Expresso*, 1133:38-52
- Praça, A.; Pereira, L.; Marques, A. (1993) "Sementes de violência". *Visão*, 33: 17-26.
- Santos, B.S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto:

Afrontamento.

Santos, B.S. (1994) *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.

Santos, B.S. (1995) *Towards a New Common Sense*. New York, Routledge.

Serra, P. (1994) "A todo o gás". *Visão*, 78:24-26

Tavares dos Santos, J.V. (1992) "Conflitos Agrários entre Camponeses e Agroindustriais". *II Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 4-7 de Agosto de 1992. São Paulo, Brasil.

Vieira, P. *et al.* (1994) "A revolta da sociedade civil". *Visão*, 69:21-34

World Bank (1994) *Trends in Developing Economies*.